

Neoliberalismo e Neo-socialismo¹

Edmundo Lima de Arruda Jr.

Professor Titular da UFSC

1. Introdução ao argumento

Eis o argumento básico para a questão sugerida pelos organizadores do presente painel: Políticas neoliberais e políticas neo-socialistas são antitéticas. As primeiras representam um movimento contrário à democratização, e as segundas podem indicar possibilidades da reconstrução democrática. Em outras palavras, podemos enunciar as seguintes hipóteses:

1) As políticas neoliberais têm uma proposta clara de globalização: a universalização da barbárie. A conjuntura neoliberal ultrapassa o projeto esboçado (ou inspirado) nas teorizações do Estado Mínimo, desde F. Hayek, afirmando políticas concretas fundadas, curiosamente, em um intervencionismo estatal sem precedentes de sentido profundamente anti-democrático.

2) Não podemos rigorosamente falar de políticas neo-socialistas, supondo por tal um projeto teórico e político ma-

duro e bem articulado. Todavia, parece haver um certo denominador comum preliminar entre as esquerdas, qual seja, a negação radical dos objetivos teóricos e políticos neoliberais. Entretanto, esse sentido de unidade é extremamente frágil. Tal sentido de aglutinação tende à dissolução por várias razões, revelando sua insuficiência como arma política eficaz contra o neoliberalismo. Não basta a identidade política preliminar expressada nos discursos contra os notórios malefícios trazidos pelo inimigo número um da democracia, mas uma radical e urgente compreensão da necessidade de profundas revisões conceituais com desdobramentos e consequências no plano das condutas e ações políticas. Neste breve texto não será resenhada a história do pensamento único, já enunciado em outras oportunidades. A idéia é a reversão da gênese do mal do outro (O Capital) para o nosso campo: o das lutas populares, provocando uma discussão (já antiga desde Castoriadis e Lefort, entre outros) sobre uma parte não negligen-

1. Texto apresentado na 1ª Conferência de Direitos Humanos UFRGS, Porto Alegre, 02 de abril de 1998, e reapresentado no Congresso da CUT/PR no dia 14 de julho de 1998.

ciável de reprodução das contradições da fragmentação cultural que marca o final de século e atinge às lides socialistas.

3) A persistir uma concepção adjetivada de certas instituições fundamentais da modernidade (Democracia, Direito, Estado, Direitos Humanos, somente a título exemplificativo)² estarão adiadas por tempo indeterminado não somente as possibilidades de construção de alternativas reais de democratização (econômica, cultural, social) mas estará cada vez mais reforçada a universalização da globalização neoliberal.

2. Alguns pressupostos para um socialismo renovado (=neo-socialismo)

2.1 O tempo das crises

Não nos deteremos na complexa questão da *crise de paradigmas*.³ Tal crise somente guarda sentido se concebida como realidade concreta a ser considerada em sua totalidade: crise de acumulação, crise de valores, crise de modelos, crise de civilização. Se a hipótese segundo a qual certas tendências filosóficas pós-modernas e sistêmicas guardam forte relação funcional em termos de legitimação ideológica para a hegemonia neoliberal (fala-se em *pensamento único*), também parece legítima a hipótese de que uma contra-cultura que se queira efetivamente crítica e democrática por parte das esquerdas exige como condição de

efetividade uma auto-crítica constante (revisionismo crônico), a começar pelo balanço dos erros do passado e do presente, sem a qual a crise da humanidade aumentará tributando uma cota de responsabilidade às esquerdas...

2.2 Stalinismo: bode-expiatório e mea-culpa insuficientes

O bode expiatório continua sendo Stálin, mas as práticas políticas ainda indicam a força (inconsciente) do melhor pseudônimo: marxismo-leninismo. A crítica indicada por Lendro Konder sobre os limites do marxismo doutrinal⁴ passa em branco para a maioria dos militantes e quadros de intelectuais burocratizados nos partidos de esquerda. Também a necessária superação de uma certa *dialética do progresso hegelina* presente em Marx (e apontada por Michael Löwy⁵) não tem sido objeto de preocupação por parte dos que *fazem os movimentos* tradicionais (sindical e partidário). Aliás, certa esquerda messiânica considera os novos movimentos sociais nocivos às lutas populares, tendo como exemplo as ONGs, *ante-braço do Capital*, nas saudadas teses de James Petras pelas fileiras do verdadeiros comunistas: efetivamente, se a história indica progresso, apresenta-se com dois sentidos: o da emancipação e o da barbárie. Ciência e razão progrediram enormemente, para a vida e para a morte... Somente a razão cínica pode supor que

2. Sobre o tema, consultar ARRUDA, Edmundo Lima Jr. *Direito moderno e mudança social*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. Cap. IV.
3. Uma discussão preliminar encontra-se em ARRUDA, Edmundo Lima Junior. *Direito e século XXI: ordem e conflito na onda pós-moderna neoliberal*. Rio de Janeiro: Luam, 1998. Cap. I.
4. Cf. KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
5. No texto de Karl Marx a Emiliano Zapata. *Congrès Marx International*. Paris, 1995.

a história evolui para melhor, no sentido linear da direção para a emancipação, e da emancipação do proletariado.

O proletariado tomado como classe universal não resiste à crítica filosófica e à constatação histórica-empírica, conforme registrado por Renato Janine Ribeiro.⁶ A idéia de marxismo científico foi teorizada por Engels e reconhecida como doutrina na Segunda Internacional, sem a qual seria impossível a vulgarização dos *socialismos reais*. Essa naturalização da utopia socialista, acrescida do tradicional equívoco da adjetivação da democracia como esfera eminentemente burguesa, instrumental, porque formal (cf. Marx da *A Questão Judaica*) em grande medida tiveram como consequência a bolchevização da maioria dos partidos comunistas do mundo expressando a barbárie stalinista (III Internacional) e neostalinista (Pol Pot, como exemplo do mais grosseiro voluntarismo totalitário). O Partido comunista brasileiro passou dois anos negando as denúncias de Kruchev no XX congresso dos PCUS, sob o argumento de que se tratava de campanha difamatória da mídia burguesa internacional contra as lutas socialistas...

2.3 O que não é “neo-socialismo”

Na falta de uma definição do que seja neo-socialismo, optamos por uma definição negativa:

- O novo socialismo rejeita a idéia de ditadura do proletariado;

- O novo socialismo é incompatível com um certo marxismo escatológico e ontológico;

- O novo socialismo não comprehende a ação política em termos de causalidade, pois o imprevisível é também parte constituinte da ação social, e, muitas vezes, tem se configurado como vetor importante daquela.

- O novo socialismo não se vincula de forma a-critica como pós-moderno, pois se considera parte de um projeto amplo de modernidade, nutrindo-se teoricamente de matrizes outras advindas de campos teóricos plurais, como o anarquismo e o liberalismo político.

- O novo socialismo não considera as teses verdes como mais uma armadilha burguesa, mas compatibiliza com radicalidade as suas teses com uma ecologia política cuja centralidade é o homem em harmonia com a natureza.

- O novo socialismo não dá as costas aos novos movimentos sociais, mas aposta num processo de legitimação das pautas de interesses transversais que caracterizam aqueles movimentos sociais (minorias étnicas, questões de gênero).

2.4 Neo-socialismo: velhas pautas do socialismo

São pautas do novo socialismo idéias antigas e novas que ampliam os graus de igualdade e liberdade para a Humanidade:

- A democracia como valor universal, ou, como redefiniu Carlos Nelson

6. Cf. RIBEIRO, Renato Janine. Os perigos do universal. In: *Revista Teoria e Debate*.

Coutinho, a democratização como valor universal;⁷

- A revolução processual (e institucional) para a construção cultural da democracia. Isto não significa passividade e abdicação da violência do cenário da política, o que seria sua negação. Todavia, as guerras de movimento (por exemplo, greves contudentes, ocupações de terra, etc.) constituem parte inegável da luta política para a redefinição do campo mais amplo dos consensos e da *guerra de posição no front parlamentar*.

- A apropriação crítica e atualizada do legado socialista de Marx, pré-Marx e pós-Marx;

- A valorização das pugnas por Direitos Humanos (de todas as suas gerações), bandeira histórica cada vez mais atual.

- A compreensão da subjetividade além do *locus* do mundo do trabalho e acima do terreno classista, o que permite mundializar e universalizar demandas comuns presentes culturas e continentes distintos, globalizando a cidadania (luta ecológica, questões de gênero, defesa da determinação cultural de etnias, etc.).

- O marxismo não considerado de forma doutrinal, mas heterodoxa, referencial não *autopoietico*;⁸

- A retomada da questão ecológica como básica para a redefinição do paradigma socialista;

- O diálogo com a tradição liberal, ponto básico para a reflexão democrática.

- A criação de experiências de espaços públicos não estatais ao lado da re-criação do espaço público estatal, de maneira a redefinir a própria natureza do Estado, superando a dicotomia sociedade civil/Estado;

- A reflexão sobre o universal como um espaço dentro do qual as esfera das particularidades sejam compatibilizadas através do reconhecimento da diferença, com emergência satisfativa de desejos de novas solidárias comunitárias.

- A consideração de que a luta de classes torna-se mais complexa, colocando o problema da exclusão-programada (a sociedade dos vinte por cento⁹), e o acirramento do mundo dos sobrantes e dos incluídos, razão da ênfase na luta por emprego, retrabalhando-se essa contradição (parte da ideologia reforçadora do *status quo*);

- O mercado também parece merecer uma problematização em termos não-substancialistas, pois ele é anterior ao modo de produção capitalista e provavelmente sobreviverá ao seu tempo histórico.

7. Cf. propôs Carlos Nelson Coutinho durante o I Congresso Internacional de Neo-socialismo, em sua conferência de encerramento *A democracia: valor universal*, dia 29 de março de 1999, Florianópolis.

8. A interessante expressão originariamente utilizada pela teoria sistêmica para denominar sistemas auto-referenciais foi utilizada por Katie Argüello na sua intervenção aos painelistas do painel "A herança marxista e as lutas populares", durante o I Congresso Internacional de neo-socialismo, Florianópolis, dia 27.3.98.

9. Cf. livro de MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A Armadilha da globalização. O Assalto à Democracia. 3. ed. Trad. Waldtraut U. E. e outros. São Paulo: Globo, 1998.

3. Algumas conclusões: o confronto de globalizações

N'outro texto, discutimos algumas hipóteses para uma outra globalização¹⁰ que não a da barbárie.

A globalização neoliberal é antidemocrática, e embora ainda seja hegemônica, é reversível. Em quase toda a Europa, a tendência tem sido de reação e reversão dos governos neoliberais. A greve dos trabalhadores de dezembro de 1995 e a greve da General Motors de 1998 comprovam a validade da luta sindical como fator de mudança social. A vitória do SPD (Partido Social Democrata) na Alemanha expressa uma contradição na acumulação neoliberal, por um lado, uma significativa

derrota do projeto do Estado-Mínimo para vários países da União Européia, o que deverá gerar efeitos globais significativos, por outro, os riscos das alianças sociais-democráticas e neoliberais, em curso na "terceira via".

A globalização da democracia é o *leitmotiv* do novo socialismo. Para tal desiderato, as esquerdas tradicionais deverão abandonar a compreensão da democracia como fetiche, radicalizando a democratização da sociedade em todos as suas esferas (cultural, afetiva, política, econômica). A mundialização da cidadania não é uma ideologia nem uma utopia, alienação ou programa, mas uma atitude necessária em termos de esclarecimento e de sobrevivência da humanidade.

10. Sobre, consultar ARRUDA, Edmundo Lima Jr. e RAMOS, Alexandre (orgs). *Globalização, Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998.